

TIPO, GÉNERO E ESPÉCIE DE TEXTO PARA UMA CLASSIFICAÇÃO TEXTUAL RELEVANTE PARA A TRADUÇÃO

ANA MARIA BERNARDO

(Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH /
Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa)

ABSTRACT: The aim of this paper is to shed some light on the problems involved in the establishment of text typologies, partially depending on the purpose directly attached to them as well as on the relevant categories used as descriptors and the focused textual levels. In this context, some specific difficulties in delineating text typologies will be tackled. In the present case, our particular concern is to show the usefulness of a text typology including three abstraction levels for translators (text type, text genre and text species), so as to call the translator's attention for eventual discrepancies among the textual conventions of the source and target contexts. Along these lines three typology grids especially designed for translators will be briefly analysed.

KEYWORDS: text typologies; text type; text genre; text species; translation.

1. Questões prévias

No âmbito das suas interações comunicativas, os falantes interiorizaram modelos textuais que ativam na elaboração e na compreensão dos textos com que lidam, modelos esse que lhes permitem agir adequadamente de acordo com os respetivos parâmetros situacionais. Estes modelos textuais, confirmados por estudos empíricos da psicologia cognitiva, envolvem estruturas e formulações específicas semelhantes, bem como conteúdos e funções análogas. Mesmo quando algumas das características atrás referidas não estão presentes em todos os textos de uma mesma classe, os modelos textuais são facilmente identificáveis pelos falantes, servindo de orientação na constituição e interpretação textuais.

Além desses modelos, do ponto de vista cognitivo, os falantes tendem a agrupar os textos concretos em classes, com base em características comuns e recorrentes, a fim de organizarem e orientarem a sua *performance* comunicativa. As classes de texto variam em função do seu âmbito de aplicação e do número de características que encerram. Quanto mais reduzido for esse âmbito, isto é, quanto menor for o nível de abstração, maior será o conjunto de características comuns aos textos que integram essa mesma classe. Daqui se pode inferir que as classes de textos são passíveis de uma estruturação hierárquica em função dos parâmetros acima apontados.

Toda a tentativa de elaboração de uma tipologia no domínio das ciências textuais enfrenta dificuldades de vária ordem. Em primeiro lugar, o número de propostas já apresentadas é a bem dizer inabarcável e heterogêneo, quando não inconciliável. Em segundo lugar, está longe de existir consenso sobre os parâmetros que funcionem como descritores das várias classes em que os textos podem ser agrupados. Em terceiro lugar, está ainda em aberto a quantidade de classes necessárias e suficientes para abarcar e classificar todas as manifestações textuais: se uma apenas (como em inglês com *text type*), se duas (tipo de texto e género de texto) ou se três (tipo, género e espécie). Como as diversas categorias proporcionam uma margem considerável de variabilidade, é difícil identificar variáveis e constantes a integrar numa descrição formal da tipologia textual. Provavelmente os diversos autores estarão a reportar-se a diferentes níveis de abstração quando utilizam uma, duas ou três designações, no primeiro caso com base apenas no que é comum a todas as classes de textos, e nos restantes salientando quer os aspectos comuns, quer os divergentes entre determinados conjuntos de textos. O grau de abstração dos conceitos utilizados regra geral não é explicitado, as generalizações a que se procede situam-se a diferentes níveis, tornando praticamente impossível qualquer tentativa de verificação ou de validação intersubjetiva. Oscila igualmente o nível de sofisticação das tipologias textuais, bem como a sua abrangência (sendo as tipologias dos géneros literários as mais bem estudadas). Acresce ainda o facto de a diferentes finalidades corresponderem tipologias textuais diversas.

Até que ponto será lícito considerar o tipo, o género e a espécie de texto como universais da constituição textual, como configurações prototípicas que servem para ordenar e classificar a heterogeneidade dos textos concretamente produzidos? O que permite a particularização entre tipo, género e espécie de texto, tanto mais que estas categorias se caracterizam pelo facto de não serem elas próprias modelos homogêneos de produção textual? Será uma classificação por feixes de características condição necessária e suficiente para o seu estabelecimento?¹ De entre o feixe de características apontadas, será que têm todas o mesmo estatuto? Quais são as constitutivas e quais as reguladoras? O que varia (e o que se mantém) na passagem do tipo

¹ Para uma crítica da listagem de características, cf. Heinemann (2002: 109).

para o género e deste para a espécie de texto? Mantêm-se as características mais gerais e acrescentam-se outras cada vez mais específicas? Os parâmetros que funcionam como descritores até que ponto são compatíveis entre si? Nas espécies de texto, as convenções textuais podem divergir de forma mais acentuada entre comunidades linguísticas distintas, ao passo que nos tipos de texto tendem a ser mais comuns. No que diz respeito à relação emissor-recetor, esta é mais vinculativa nas espécies, sendo nelas que se verifica uma tendência para a distância comunicativa entre ambos ser menor. Isto porque as finalidades de utilização, quer nos textos de tipo informativo, quer nos de tipo apelativo, são consideravelmente mais explícitas, obrigando a uma maior aproximação entre o emissor e o recetor, se se pretender alcançar o objetivo comunicativo em causa.

As diferentes configurações textuais – social, cultural e historicamente estabelecidas e normalizadas – representam padrões que conferem estabilidade à produção e à compreensão textual, permitindo, ao mesmo tempo, uma variabilidade quase infinita em aspetos parciais aquando da sua concretização discursiva.

O compromisso que essas “formas de texto” (Coutinho, 2003:35) instauram, ao albergarem em si um esquema estável e uma gama ilimitada de variações, atesta as vertentes reprodutiva e criativa do uso de textos em situações concretas de comunicação, caso o produtor textual pretenda atingir um determinado grau de eficácia e um efeito específico sobre os recetores desse mesmo texto.

As diferentes formas de organização textual (da mais geral para a mais específica) – tipo, género e espécie – fornecem determinadas balizas ao agente da produção textual no âmbito das quais este tem a possibilidade de recorrer a estratégias de elaboração discursiva que melhor sirvam os seus objetivos comunicativos, ao mesmo tempo que criam no leitor determinadas expectativas.

No domínio da tradução, a receção do texto de partida e a reprodução do texto de chegada no novo contexto situacional e cultural exige do tradutor o reconhecimento desses padrões textuais e a sua recriação no contexto de chegada, mantendo tanto quanto possível invariante a eficácia discursiva, o efeito comunicativo e a adequação contextual.

2. Aproximações ao texto – A textualidade

Mais do que passar em revista as várias definições de texto (gramaticais, semânticas, pragmáticas, cognitivas), importa salientar que os textos são grandezas relativas (algo de fixo, mas também de mutável) associadas a atos comunicativos concretos, por um lado, mas que não se transformam por isso em fenómenos isolados, antes participam num mundo textual social e culturalmente convencionalizado. Por essas razões, a linguística de texto

recorre ao conceito de textualidade, na tentativa de apreender de forma mais cabal as constantes e as variáveis do texto.

No entanto, o próprio conceito de textualidade acaba por ser preenchido de forma diversa consoante a abordagem que lhe é feita. De facto, numa leitura mais gramatical da textualidade, a sequência sintática (Isenberg, Weinrich) e a coesão (Harweg – encadeamento pronominal) são vistas como as características mais relevantes de um texto. Já uma visão semântica da textualidade acentua as características da informatividade (S.J. Schmidt) e da coerência resultante do texto (Isenberg, Brinker). Por seu turno, uma focalização pragmático-comunicativa da textualidade evidencia a situacionalidade, a intencionalidade e a funcionalidade (Helbig, Brinker) como traves-mestras da textualidade. Por fim, uma interpretação cognitiva porá em evidência as características da processualidade² e dos procedimentos cognitivos na geração e no processamento textual, bem como na coerência derivada do conhecimento do falante (Beaugrande/Dressler, Heinemann/Viehweger).

De entre o feixe de características que podem integrar a textualidade³ – e há umas mais centrais, em paralelo com outras marginais, aplicáveis em escala mais reduzida – talvez possamos eleger a intertextualidade, a funcionalidade⁴ e a discursividade como as que maior influência exercem sobre a ulterior subdivisão dos textos em tipos, géneros e espécies de textos, na cadeia de pré- e de pós-textos que se foram gerando segundo modelos textuais gerais.

Uma vez que a perspetiva aqui adotada é a da atividade tradutória, em que estamos a lidar com o *transfer* operado entre dois textos, o de partida e o de chegada, daqui derivam várias implicações, do ponto de vista epistemológico. Em primeiro lugar, os textos em questão são objetos empíricos (e não construções abstratas ou idealizadas), inseridos em dois contextos linguísticos, culturais e situacionais diferentes e utilizados pelos falantes das respetivas comunidades em situações comunicativas específicas. Daí que privilegiemos uma conceção pragmático-comunicativa da textualidade, tal como ela é defendida por Beaugrande/Dressler.

As características da textualidade propostas por Beaugrande/Dressler (1981) constituem pressupostos cognitivos para a constituição textual, critérios que têm de estar necessariamente presentes em qualquer texto, sob pena de o mesmo não poder ser considerado comunicativo se aqueles faltarem. Esses sete critérios da textualidade constituem os princípios constitutivos da

² A processualidade engloba as fases da produção textual (planificação, ideação, desenvolvimento, expressão, síntese gramatical), a modularidade e a interação, a facilidade e a profundidade do processamento.

³ Sobre a problemática das categorias definitórias do texto e das características que as incluem (dificuldade da sua delimitação, carácter vago e gradativo, maior ou menor centralidade para a definição), cf. Heinemann (2002: 103).

⁴ Para Sandig (2000:108) e Brinker (2001: 136), a funcionalidade é o critério central da textualidade..

comunicação. Além destes, Beaugrande e Dressler reconhecem a existência de princípios reguladores: eficiência (mínimo de esforço dos parceiros de comunicação no uso do texto), efetividade (atingir do objetivo – efeito) e adequação (relação entre o contexto e a concretização textual).

A dimensão pragmática de um texto condiciona não só o modo como o texto é produzido (enquanto agir comunicativo com uma função específica), mas também a sua recepção (que acarreta determinadas consequências), sendo que uma e a mesma expressão podem ter sentidos comunicativos diversos consoante o contexto situacional⁵.

Um problema acrescido no estabelecimento de qualquer tipologia textual resulta da diversificação crescente do mundo textual e da existência cada vez mais frequente de mesclas textuais que combinam elementos de diversos tipos, criando uma intertextualidade por vezes difícil de descodificar, e tornando mais complexa a descrição formal desses textos. Por outras palavras, há cada vez menos textos simples, portadores de uma única função textual, e cada vez mais textos complexos, com sequências de funções textuais diversas.

3. Tipologias textuais – problemática

No tratamento da tipologia textual, no âmbito da linguística de texto, há diversidade de concepções quanto à necessidade de subdividir o espectro das manifestações textuais concretas em subclasses distintas. Basicamente, encontramos três atitudes face a esta problemática: (1) prescindir de uma subdivisão, tratando o fenómeno de modo homogêneo, como acontece na bibliografia especializada em língua inglesa, e usando uma única designação (*text type*)⁶; (2) optar por uma classificação em duas subclasses – tipo e espécie de texto (Göpferich, 1995); gênero (*Textgattung*) e espécie (*Textsorte*) (Weinrich, 1972) ou ainda (3) preferir uma subdivisão triádica – tipo, gênero e espécie de texto.

Subjacente a cada uma destas atitudes está o maior ou menor grau de especificidade, de delicadeza de análise perante os textos concretos, acentuando preferencialmente os pontos comuns entre eles, o que leva a optar por uma única designação genérica, ou, pelo contrário, salientando as divergências e, conseqüentemente, procedendo a uma subcategorização mais específica.

⁵ “Wir essen jetzt” pode ser uma constatação, um convite, uma proibição (de uma criança brincar com a boneca à mesa) ou ainda uma recusa (resposta da mãe a um amigo do filho que vinha buscá-lo para brincar). Cf. Heinemann (2002: 81-82).

⁶ Beaugrande & Dressler (1981:289) fornecem a sua versão de *Textsorte* para inglês (*text type*). Brinker (2001) utiliza apenas a designação *Textsorte*.

Em qualquer caso, no que diz respeito à tradução,⁷ não se tratará apenas de impor o “postulado da cientificidade”⁸. Uma vez que a tradução envolve uma receção textual que conduz a uma nova produção textual noutra contexto linguístico e cultural, as três categorias textuais – tipo, género e espécie de texto – na qualidade de categorias não ontológicas (Coutinho & Miranda 2009), mas no entanto remetendo para fenómenos de performance (Stempel 1971: 175) impõem-se como princípios reguladores (não constitutivos) da textualidade a recriar no contexto de chegada (Beaugrande & Dressler 1981), como marcas de reconhecimento de determinados padrões textuais na fase da receção, os quais vão balizar as opções do tradutor (na produção textual), eventualmente modificadas por convenções textuais divergentes nos contextos de partida e de chegada.

É com base na perceção mais ou menos intuitiva das diversas formas que os textos concretos podem assumir que nos poderemos interrogar sobre a pertinência da sua classificação e tipologização mais fina. De facto, na comunicação do dia-a-dia, os falantes reconhecem os textos que utilizam e classificam-nos adequadamente como sendo por exemplo uma receita de culinária, um manual de instruções, um editorial de um jornal, um anúncio de emprego, um poema, uma banda desenhada. É esta a classificação mais imediata por parte dos falantes da língua que não pretendem teorizar sobre estas questões. Intuitivamente, começam por referir a espécie de texto em causa (e a bem dizer nunca referem o tipo – com base na função nele predominante – informativo, expressivo ou apelativo. Neste ponto, e pese embora o facto de Todorov ter em mente, em primeira linha, os géneros literários, é de concordar com este autor (1970, apud Coutinho 2003:96) que preconiza uma abordagem indutiva para a clarificação dos géneros e uma dedutiva para a reflexão sobre os tipos (através de postulados teóricos). É na tradução enquanto atividade interlingual predominantemente empírica e no seu ensino, o qual requer um tratamento teórico dos problemas levantados pela tradução, que melhor se poderá compreender a utilidade de tipologizar as diferentes manifestações textuais concretas.

3.1. Dificuldades de tipologização

Porém, ao tradutor não basta ter um conhecimento intuitivo das classes de texto como qualquer falante. Aquele necessita de conceptualizações mais diferenciadas de modelos textuais, a fim de poder dar conta dos parâmetros relevantes de forma adequada na sua tradução.

⁷ Aliás, diga-se de passagem que no espaço de língua alemã foram muitas vezes os formadores de futuros tradutores quem mais sentiu necessidade de estabelecer tipologias adequadas à atividade tradutória.

⁸ “Das Postulat der Wissenschaftlichkeit” (Stempel. apud Gülich & Raible 1972: 175-182).

A um primeiro olhar, poderia parecer que as tipologias textuais correspondem a necessidades cognitivas de sistematização e de orientação dos falantes para constituírem e compreenderem textos de modo mais eficaz. Daí talvez se pudesse concluir, um tanto ou quanto apressadamente, que o estabelecimento de tipologias teoricamente fundamentado fosse tarefa fácil. No entanto, a prática demonstra que a bem dizer nenhuma das tipologias textuais até hoje delineadas conseguiu cumprir os requisitos de homogeneidade, aceitabilidade, rigor, exaustividade e monotipia salientados por vários autores.⁹

Um dos maiores entraves à elaboração de tipologias textuais prende-se com o facto de a respetiva finalidade condicionar a própria quantidade e a qualidade dos tipos propostos, bem como a estruturação das subclasses que integram os respetivos tipos, levando a considerar igualmente graus de relevância diferentes em função do objetivo em causa. Por outro lado, a diversidade e a variabilidade dos textos concretos dificulta o estabelecimento de um fundamento (um feixe de características), a um tempo flexível e estável, que viabilize a correlação entre o texto real e uma determinada classe textual. Igualmente revelador das dificuldades na composição de uma tipologia é o nível de abstração em relação ao qual se aferem as relações entre classes de textos diversas. Esse nível de abstração é diretamente proporcional ao âmbito de aplicação da respetiva classe textual (quanto mais abstrato este for, maior será o número de textos a que se aplica, como no caso do tipo de texto), e inversamente proporcional ao número de parâmetros a considerar.

Na nossa abordagem a esta problemática, segundo a perspetiva da utilidade de uma tipologia textual para o tradutor, partimos do princípio de que há uma hierarquia entre as três designações propostas (tipo, género e espécie de texto), indo de um nível de abstração mais geral para um mais específico. Dentro de cada uma das três classes, há ainda margem para subclassificações, uma vez que nem sempre determinados parâmetros estão necessariamente presentes, nem sempre alguns deles são relevantes, embora haja alguns constitutivos. Ao tradutor importa, sobretudo ao nível das espécies de texto, dilucidar até que ponto as convenções textuais vigentes nas culturas de partida e de chegada são coincidentes ou não, e como proceder na tradução, no caso de divergências.

Depois há ainda várias questões metodológicas para resolver. De um ponto de vista meramente textológico, teríamos basicamente duas formas de abordar a categorização das diferentes manifestações textuais: ou partir de determinadas espécies de texto e procurar um enquadramento teórico comum, ou então procurar integrar as espécies textuais num enquadramento textual já existente. Outra questão que se coloca prende-se com o carácter indutivo ou dedutivo da investigação. No caso presente, centrado em textos traduzidos, parece-nos mais viável partir do conhecimento pré-científico, intuitivo das espécies de texto que os estudantes de tradução, como todo e

⁹ Cf. Brinker (2001: 131), Hurtado Albir (2007: 459).

qualquer falante de uma determinada comunidade linguística, já detêm para ascender a uma justificação mais ou menos científica dessa realidade textual, até porque as tipologias não devem contradizer esse conhecimento intuitivo dos falantes, sob pena de serem consideradas como empiricamente desadequadas.

Outra questão pertinente diz respeito aos modelos textuais, pois é conveniente averiguar se as regras de análise e de produção textual são válidas na generalidade, ou se são específicas de determinados géneros ou espécies textuais.

Importa igualmente equacionar a problemática da operacionalização da linguagem descritiva, a fim de minimizar a ambivalência da especificação intuitiva das espécies de texto.

Se há modelos textuais que visam fornecer uma descrição geral de textos, nos quais a diferenciação de diferentes espécies ocupa um lugar secundário,¹⁰ há outros modelos textuais que foram expressamente delineados para analisar espécies particulares de textos, como por exemplo dos textos narrativos.¹¹

Tem razão Coutinho (2003:72), e já antes Petitjean (1989), quando fazem corresponder as classificações homogêneas a tipos de texto e as heterogêneas a géneros de texto, pois basta um único critério homogêneo para definir o tipo de texto, ao passo que a definição do género requer múltiplos critérios heterogêneos para caracterizar tão cabalmente quanto possível as manifestações textuais concretas nele incluídas.

3.2. Tipo, género e espécie de texto vs. superestrutura e estilo

É igualmente de toda a conveniência delimitar as três categorias acima referidas de outras designações concorrenciais em relação às quais parece haver alguma ambiguidade, quando não mesmo sobreposição. Estão neste caso superestrutura, por um lado e estilo, por outro. As duas últimas categorias dizem igualmente respeito a configurações formais que estruturam os conteúdos a veicular, mas no entanto são comuns a vários tipos, géneros e espécies. Quando Adam (1992)¹² se refere a cinco tipos sequenciais de texto (narrativo, descritivo, argumentativo, explicativo e dialogal), está a reportar-se à superestrutura, a qual pode integrar diferentes tipos e géneros de texto (o tipo sequencial argumentativo tanto pode estar presente num texto informativo do género científico como num texto informativo do género utilitário

¹⁰ É o caso da perspectiva funcional de frase de Daneš, da glossemática de Hjelmslev, da tagmémica de Pike e dos modelos de Harweg, Weinrich, Heger e Petöfi.

¹¹ Merecem particular referência, pela influência que exerceram, os modelos estruturalistas de Propp e Todorov, o modelo accional de van Dijk e o modelo de receção de Wienold. Cf. Gülich & Raible 1977.

¹² Apud Coutinho (2003: 77).

e da espécie carta ao seguro com o pedido justificado de determinada indemnização).

Por sua vez o estilo, que Rastier (1994)¹³ define como interação idioletal entre as componentes semânticas do seu modelo (enquanto o género corresponde à interação socioletal das mesmas), corporiza a utilização individualizada da linguagem, em que se manifestam regularidades pessoais.

O estilo apresenta um grau de variabilidade ainda mais significativo, já que nalgumas espécies de texto do domínio privado o produtor textual tem maior liberdade de expressão, podendo recorrer ao seu idioleto sem infringir as convenções específicas das espécies em causa. No entanto, todos estes parâmetros (tipo, género e espécie, superestrutura e estilo) exercem uma influência recíproca entre si e condicionam-se mutuamente, conferindo a cada texto concreto uma identidade própria. Van Dijk considera que a superestrutura de um texto fornece indicações sobre a informação principal, o tema do texto e o seu significado e ainda o tipo de um texto (ou mais propriamente a sua espécie)¹⁴.

Bakhtine refere a relação indissociável entre género do discurso e estilo da língua e define géneros como “tipos de enunciado relativamente estáveis, assentes na regularidade do conteúdo temático, do estilo e da construção composicional, associados a uma determinada área da actividade humana.” Por seu turno, o estilo, na opinião de Bakhtine, não é passível de exportação de um género para outro¹⁵.

4.1. Tipo de texto

Cabe a Katharina Reiss (1971) ter estabelecido uma tipologia textual útil para a tradução, ao distinguir três tipos de texto com base no critério da função da linguagem que nele predomina: informativo, expressivo e apelativo (posteriormente designado operativo pela autora em 1983), a que se vem juntar um quarto tipo, o audiomedial, relacionado com o meio utilizado (rádio, televisão).

Digno de registo é o facto de entre as diversas línguas não haver praticamente diferenças ao nível do tipo de texto, ao passo que ao nível das espécies de texto se verificarem diferenças por vezes consideráveis entre as convenções textuais das diferentes comunidades de falantes.

No entanto, há autores como Bronckart que abdicam da categoria do tipo de texto, falando apenas de géneros de texto e de tipos de discurso.

No âmbito de uma teoria do protótipo, o tipo de texto sinalizaria não o melhor representante de uma categoria, mas sim a instância típica dessa

¹³ Apud Coutinho (2003: 107).

¹⁴ Apud Heinemann (2002: 78).

¹⁵ Apud Coutinho (2003: 95).

categoria (na qualidade de objeto abstrato, construção cognitiva), na opinião de Adam¹⁶.

Enquanto no espaço anglo-saxónico esta designação parece bastar para designar todas as manifestações textuais, independentemente das variantes que entre elas se possam observar, no espaço de língua alemã a categorização é mais fina, consoante o nível de abstração e as marcas comuns e divergentes entre textos de cada classe. Regra geral, consideram-se pelo menos duas variantes: tipo (*Texttyp*) e género de texto (*Textgattung*), ou tipo (*Texttyp*) e espécie (*Textsorte*), ficando quase sempre implícito a que nível de abstração as mesmas se situam. Por vezes, verifica-se que a uma mesma realidade textual se atribuem designações diversas, ora *Textgattungen*, ora *Textsorten*, conforme o sentido mais geral ou mais restrito que se lhes confere.

4.2. Género de texto

Não menos polémica do que a distinção entre texto e discurso é a distinção entre tipo e género de texto.¹⁷ O recurso a outra designação, como faz Bouchard ao falar de “documentos verbais”, não resolve o problema. Cf. Coutinho (2003: 98). Aliás, Todorov (1978: 48-49)¹⁸ reconhece que seria possível reduzir as diversas classes de textos a uma única designação, a de género.

É de longe a categoria mais antiga, herdada da retórica e da poética, mas nem por isso a mais consensual. Ainda que relativamente estável no âmbito da literatura, a classificação canónica que fixou os três grandes géneros – poesia, prosa e drama – tem vindo a ser progressivamente posta em causa pela existência de textos mistos, de mesclas intrincadas em que por vezes se torna difícil destrinçar o género predominante¹⁹.

Tanto quanto nos é dado perceber, mesmo no âmbito da investigação em língua alemã, onde as designações são mais específicas, há duas designações para classificar as diversas classes de textos (*Textgattung* e *Textsorte*), mas três aceções. A primeira designação (*Textgattung*) está habitualmente associada aos géneros literários, sendo relativamente consensual como termo genérico, apesar das dificuldades resultantes da existência de textos mistos, difíceis de classificar.

¹⁶ Cf. Coutinho (2003: 99-100).

¹⁷ O recurso a outra designação, como faz Bouchard ao falar de “documentos verbais”, não resolve o problema. Cf. Coutinho (2003: 98).

¹⁸ Apud Coutinho (2003: 97).

¹⁹ A título ilustrativo, lembramos aqui o texto *Rotkäpchen auf Amtsdeutsch*, uma versão parodiada do conto popular em estilo burocrático, onde as marcas do conto do Capuchinho Vermelho são transpostas para um relatório de polícia.

Já quanto à designação de *Textsorte*, a mesma surge utilizada indistintamente no sentido lato e no sentido restrito, como alguns autores admitem²⁰.

Os critérios de diferenciação são passíveis de classificação em intratextuais e extratextuais, sendo parâmetros como os de falantes, situação e pressupostos indispensáveis a um modelo que se pretenda comunicativo. Registe-se, no entanto, que quem se baseia mais em critérios intratextuais não chega a formular diferenças entre géneros, ou melhor, entre espécies de textos.

De qualquer forma, é de salientar a dupla utilidade do conhecimento dos géneros

“enquanto repertório disponível, susceptível de fazer face à convencionalidade social e institucional que regula a produção do texto (que é sempre, em última análise, a produção linguística); e depois, na própria etapa da produção, a facilitar a realização da tarefa – como modelo interiorizado, a reproduzir e a recriar” (Coutinho 2003:220-221).

Tal utilidade ainda surge mais potenciada na tradução, já que aí se digladiam muitas vezes “instâncias reguladoras” (Coutinho 2003:221) contraditórias ou de alguma forma divergentes.

A decomposição do género num conjunto de sete marcadores – temáticos, enunciativos, composicionais, estratégicos/intencionais, materiais/disposicionais, inferenciais e interativo, proposta por Coutinho & Miranda (2009), suscita-nos algumas questões. Importaria esclarecer se todos os marcadores se aplicam a todos os géneros de texto, se são igualmente relevantes para todos os géneros de texto, se há alguma hierarquia entre eles e se essa hierarquia se mantém constante nos diversos géneros, e ainda se não seria aconselhável agrupar os marcadores de forma mais sucinta (por exemplo, os materiais e os disposicionais poderiam integrar os composicionais e os inferenciais e o interativo os enunciativos). De qualquer forma, parece-nos uma boa proposta para obviar à natureza nebulosa e galáctica do género (Bronckart).

4.3. Espécie de texto

A pertinência desta terceira categoria encontra a sua justificação empírica no facto de ser a primeira constatação de um tradutor de um texto, no primeiro contacto com o mesmo.

²⁰ Cf. Brinker (2001: 137). Também já Gülich & Raible (1972) reconhecem tipologias de *Textsorten* que atestam conceções mais latas, como as de Schmidt (que engloba os textos ficcionais num único género), de Dressler (que toma a tradução por um género) e Kummer (que considera a argumentação como um género), enquanto outras revelam conceções mais restritas, como Sandig, para quem uma receita de culinária, uma receita médica e umas instruções de utilização constituem diferentes espécies.

Stempel (1972)²¹ atribui o estatuto de norma enquanto instância de filtro às espécies de texto na medida em que elas refletem hábitos de concretização historicamente comprovados (à semelhança do género literário poesia que pode considerar-se um universal do emprego da língua).

No âmbito da produção textual, a seleção da espécie de texto, a par da planificação e do objetivo visado, representa um dos passos iniciais que irá determinar a sua ulterior configuração e que para o emissor é a mais adequada possível²².

Na tradução, pelo contrário, estamos primeiramente no domínio da receção textual, pelo que se requer que o tradutor reconheça a espécie de texto em causa. E se tal descodificação é relativamente fácil, em grande parte dos casos, quer pela existência de indicações explícitas ao nível da forma ou do conteúdo no próprio texto, quer por quaisquer informações relevantes em algum paratexto, quer ainda pela menção da espécie de texto no próprio contrato de tradução, outros casos há em que esta identificação se encontra mais dificultada, exigindo do tradutor o reconhecimento das respetivas convenções textuais²³. Até há bem pouco tempo, uma patente redigida em língua alemã não ostentava qualquer título, sendo reconhecível como tal apenas através da sua superestrutura (que difere da superestrutura de uma patente americana, por exemplo)²⁴. Esta particularidade, justificada pelo carácter semi-sigiloso e único do texto em causa (pelo menos, até à fase do seu registo), obrigava o tradutor a conhecer a espécie de texto e a não a confundir com qualquer outro género de texto técnico ou científico.

Beaugrande & Dressler (1981) consideram as espécies de texto como um conjunto de elementos heurísticos no âmbito da produção e da receção textual, os quais funcionariam como princípios reguladores da textualidade com vista à obtenção de eficiência, efetividade e adequação no texto. Estes três últimos parâmetros representam uma herança da retórica quintiliana e têm em vista a obtenção de condições ótimas de comunicação. Além de instâncias de controlo que fornecem um enquadramento global que impõe restrições às opções possíveis, estas classes de textos representam uma fonte de expectativas para o recetor, a par de outras fontes como o mundo real, as convenções formais, a sinalização da informatividade e o contexto imediato em que o texto se insere. Cf. Beaugrande & Dressler (1981: 153-156).

No entanto, no estágio em que a investigação se encontra, não é possível destrinçar, num texto concreto, as características típicas da respetiva espécie de texto das condições gerais da textualidade, por um lado, e das

²¹ In Gülich & Raible (1972: 175-179).

²² Cf. Heinemann (2002: 94).

²³ Porém, devido à crescente tendência normalizadora, à escala global, as discrepâncias entre as convenções textuais das diversas comunidades linguísticas e culturais tendem a ser em número cada vez mais diminuto.

²⁴ Cf. Wright & Wright (1993: 109-119).

marcas próprias do autor do texto, do seu estilo, por outro²⁵. Atendendo a que falta uma tipologia das diversas situações comunicativas, um dos parâmetros que pode ajudar a distinguir as várias espécies de texto entre si é o das diversas formas de comunicação, o domínio da ação, o tipo de tema textual e a forma de desenvolvimento temático, além da função textual.

5. Tipologias aplicadas à tradução

Passamos agora em revista algumas classificações mais pertinentes para a atividade tradutória, as quais dão conta de um maior número de aspetos do processo de *transfer* operado. O tradutor, enquanto mediador entre os dois mundos textuais, realizará melhor a sua tarefa se estiver consciente das dimensões envolvidas na textualização.

5.1. Reiss

Em 1971, logo, ainda antes de Werlich (1975) [Nota: Werlich distingue os seguintes tipos de texto: descritivo, narração, exposição, argumentação e instrução.], Katharina Reiss empreende uma classificação textual no âmbito da sua proposta de uma crítica científica da tradução. Em seu entender, a tipologia textual é imprescindível para a tradução em geral e para a crítica da tradução em particular.

Eine Texttypologie, die den Erfordernissen des Übersetzungsprozesses gerecht wird und die sich auf alle in der Praxis vorkommenden Textarten erstreckt, ist [...] eine unabdingbare Voraussetzung für Übersetzung und für Übersetzungskritik.

[Uma tipologia textual que pretenda dar conta das exigências do processo de tradução e que se estende a todas as formas de texto que existem na prática é um pressuposto/condição prévia inalienável para a tradução e para a crítica da tradução]

Segue-se um esquema com o essencial da tipologia proposta por Reiss.

Saliente-se desde logo que Katharina Reiss atribui ao tipo de texto o estatuto de arquicategoria, dela fazendo depender os diversos requisitos de equivalência bem como o próprio método de tradução a empregar.

Podem levantar-se dois tipos de objeções à proposta de Reiss: uma teórica, quanto ao facto de assentar a delimitação textual num único critério apenas e outra de natureza prática, já que a distinção entre os diferentes tipos de texto é ainda muito genérica para o tradutor.

No entanto, esta tipologia foi bastante influente na tradutologia até aos nossos dias, quer no plano teórico, quer no âmbito da formação de traduto-

²⁵ Cf. Brinker (2001: 136).

res. O facto de esta tipologia assentar apenas num único parâmetro não se revelou como um inconveniente, uma vez que a partir dela é possível descer a vários outros níveis de abstração. Também o tradutor não se fica pela identificação do tipo de texto, avançando antes para a caracterização do género e da espécie do texto a traduzir.

Tipo de texto	Função	Característica	Equivalência	Método de tradução
informativo	transmissão de informação	orientado para o assunto	invariância do conteúdo	de acordo com o assunto
expressivo	expressão artística	orientado para o emissor	analogia da estruturação artística	de acordo com o autor
operativo	desencadear de comportamento	orientado para o comportamento	identidade do apelo imanente ao texto	de acordo com o apelo
audiomedial	(1-3)	(1-3)	(1-3)	de acordo como o meio/canal

5.2. Koller (1979/2011)

Koller empreende uma classificação textual apropriada para a tradução. Com base nos critérios (1) sanção social /consequências práticas (2) ficcionalidade e (3) esteticidade/ambivalência, Koller subdivide o mundo textual em duas grandes categorias,²⁶ os ficcionais (em que prevalecem as conotações) e os técnico-científicos (em que a denotação é primordial e que se devem caracterizar pela adequação linguística e estilística). Estes últimos subdividem-se ainda em textos utilitários (*Gebrauchstexte*) e textos científicos, os quais, por seu turno, ainda podem ser textos de divulgação científica e textos científicos no sentido restrito.

A classificação de Koller deve ser entendida no contexto da sua obra e da questão central que a atravessa, a saber, a questão da equivalência e os vários tipos que essa equivalência pode assumir nas classes textuais acima mencionadas. De acordo com o tipo de texto em causa, assim a equivalência denotativa ou a conotativa, a equivalência textual, a pragmática ou a estética serão requeridas em maior ou menor grau. Logo, podemos afirmar que a classificação textual de Koller está ao serviço da questão mais ampla da equivalência. Para o tradutor, esta classificação é ainda muito genérica., se bem que desça a alguns pormenores ao nível das dimensões conotativas

²⁶ Koller oscila na respetiva designação genérica entre *Textsorten* e *Textgattungen*, falando igualmente em *Textkategorien*, talvez a fim de evitar a discussão de questões terminológicas que não constituem o seu interesse primordial nesta matéria.

relevantes na tradução literária e remeta para diferenças quanto à distância comunicativa entre o emissor do texto de partida e o recetor do texto de chegada, diferenças essa a ponderar pelo tradutor.

5.3. House (1977/1997)

Cabe a Juliane House o mérito de ter operacionalizado a situacionalidade da tradução em parâmetros que permitem uma análise mais detalhada dos perfis textuais a comparar, o do texto de partida e o do texto de chegada. Os parâmetros da análise situam-se tanto ao nível do falante como do emprego da língua. Dentro deste último, House distingue o meio (falado/escrito), a participação (monólogo/diálogo), o papel social (simétrico/assimétrico), a atitude social (de distância ou proximidade, formal ou informal) e ainda o campo e o registo. Tal como Reiss, também House visa relacionar uma diferenciação específica com um método de tradução diverso. Na versão revisitada do seu modelo (1997), House institui o género (enquanto estrutura subjacente comum a textos de igual registo) como charneira entre a função e o registo do texto, de modo a alcançar equivalência funcional entre o texto de partida e o de chegada.

No âmbito do seu modelo de qualidade da tradução, House distingue o estatuto do texto de partida (independente ou não), bem como a especificidade cultural (ou não) do texto em causa, e ainda se os destinatários são especificados ou não, se o texto está ligado ou não a um acontecimento histórico, se é ficcional ou não. Daqui resultam dois grandes blocos que suscitam ora uma tradução *overt*, ora uma tradução *covert*. A classificação dos textos resulta da aplicação dos parâmetros acima referidos, tendo o método de tradução um papel primordial na determinação dos tipos de texto a traduzir.

Tradução	<i>overt</i>	Tradução	<i>covert</i>
Textos específicos da	cultura de partida	Textos não específicos	da cultura de partida
Com estatuto	independente	Sem estatuto	independente
Recetores não específicos	Recetores especificados	Recetores não específicos	Recetores especificados
Texto não ligado a acontecimento histórico	Texto ligado a acontecimento histórico	Texto não ligado a acontecimento histórico	Texto ligado a acontecimento histórico
Texto ficcional	Texto não ficcional	Texto não ficcional	Texto não ficcional
Fábula moralizadora	Discurso político	Texto científico	Texto comercial
Diálogo de comédia	Sermão religioso	Prospeto turístico	
		Artigo jornalístico	

Como o modelo aqui esboçado por House deriva da análise e tradução de textos concretos (textos ingleses traduzidos para alemão e textos alemães vertidos para inglês), logo, tem uma base empírica que a sustenta, resta saber se a autora teria chegado a resultados semelhantes caso tivesse confrontado textos de partida e de chegada de línguas tipologicamente mais distantes entre si.

6. Notas conclusivas

Ao passar em revista alguns dos obstáculos à elaboração de uma tipologia textual, patentes na quantidade a bem dizer inabarcável de propostas existentes, salientámos igualmente as diferentes interpretações a que o conceito de textualidade está sujeito no âmbito da linguística de texto. Verificámos também a existência de diversas perspectivas no que toca à quantidade de classes textuais a propor (se uma única, se duas ou se três), bem como no que diz respeito aos descritores a utilizar, uma vez que a finalidade da tipologia determina em larga medida o grau de importância relativa dos parâmetros a considerar.

Partindo da ótica do tradutor, parece-nos mais eficaz a adoção de uma tipologia textual tripartida e hierarquizada, partindo de um grau de abstração mais geral (o tipo de texto) para graus progressivamente mais específicos (o género de texto, que por sua vez ainda conhece uma maior particularização na espécie de texto).

Como mostraram as classificações textuais aplicadas à tradução (Reiss, Koller, House), a perspetivação é a do tradutor, um utilizador particular da língua com uma dupla função (de recetor e de novo emissor). Na prática tradutória, o tradutor tem de reconhecer o padrão textual do texto de partida, a fim de procurar o modelo homólogo na língua de chegada. De modo a dar conta das divergências entre modelos textuais de mundos linguísticos e culturais diferentes, o tradutor procurará uma tipologia textual que melhor se ajuste às suas necessidades de identificação de itens comuns e itens divergentes, pois cabe-lhe a gestão adequada e a procura do equilíbrio, sempre instável, entre as exigências do texto de partida e as do novo contexto em que o seu texto de chegada vigorará. As diversas classes textuais em que se insere o texto a traduzir fornecem pistas importantes para a respetiva descoberta, orientando igualmente a nova produção textual levada a cabo pelo tradutor.

6. Referências bibliográficas

- Adam, Jean-Michel (1992). *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan.
- Beaugrande, Robert-Alain de & Wolfgang Ulrich Dressler (1981). *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Max Niemeyer.

- Brinker, Klaus (2001). *Linguistische Textanalyse. Eine Einführung in Grundbegriffe und Methoden*. Berlin: Erich Schmidt.
- Coutinho, Maria Antónia (2003). *A competência textual*. Lisboa: FCG/FCT.
- Coutinho, Maria Antónia & Florência Miranda (2009). To Describe Genres: Problems and Strategies. In: <http://wac.colostate.edu/books/genre/chapter3.pdf>
- Göpferich, Susanne (1995). *Textsorten in Naturwissenschaften und Technik: Pragmatische Typologie – Kontrastierung – Translation*. Tübingen: Narr.
- Gülich, E. & W. Raible (1972). *Textsorten. Differenzierungskriterien aus linguistischer Sicht*. Frankfurt a. M.: Athenäum.
- Gülich, E. & W. Raible (1977). *Linguistische Textmodelle*. München: Fink.
- Heinemann, Margot & Wolfgang Heinemann (2002). *Grundlagen der Textlinguistik. Interaktion – Text – Diskurs*. Tübingen: Niemeyer.
- House, Juliane (1977). *A Model for Translation Quality Assessment*. Tübingen: Narr.
- House, Juliane (1997). *Translation Quality Assessment. A Model Revisited*. Tübingen: Narr.
- Hurtado, Albir (2007). *Traducción y Traductología. Introducción a la Traductología*. Madrid: Catedra.
- Kautz, Ulrich (2000). *Handbuch Didaktik des Übersetzens und Dolmetschens*. München: Iudicium / Goethe Institut.
- Koller, Werner (2011 [1979]). *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*. Heidelberg: Quelle & Meyer.
- Petitjean, André (1989). Les typologies textuelles. *Pratiques* 62, pp. 86-125.
- Rastier, F. (1994). *Le problème du style pour la sémantique du texte*. In: G. Molinié & P. Cahné (dirs.) *Qu'est-ce que le style?* Paris: P.U.F., pp. 263-282.
- Reiss, Katharina (1971). *Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik*. München: Hueber.
- Stempel, Wolf-Dieter (ed.) (1971). *Beiträge zur Textlinguistik*. München: Wilhelm Fink Verlag.
- Werlich, E. (1975). *Typologie der Texte. Entwurf eines textlinguistischen Modells zur Grundlegung einer Textgrammatik*. Heidelberg: Quelle & Meyer.
- Weinrich, Harald (1972). *Le Temps*. Paris: Seuil.
- Wright, Sue Ellen & Leland D. Wright (1993). *Scientific and Technical Translation*. Amsterdam: John Benjamins.

